

Senhor (a),

Em atendimento à chamada pública nº 01/2009, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), para recebimento de contribuições ao “Documento Referência do Fórum Nacional de Educação Superior”, a partir de três eixos temáticos (recomendados pela CRES/2008) de atenção às políticas públicas no Brasil, tendo em vista a transformação qualitativa da Educação Superior, apresenta-se a seguir algumas sugestões que englobam, em conjunto, os três eixos temáticos anteriormente referidos, a saber:

- 1- Democratização do Acesso e Flexibilização de Modelos de Formação;
- 2- Elevação da Qualidade e Avaliação;
- 3- Compromisso Social e Inovação.

Todas as propostas a seguir descritas, algumas já totalmente ou parcialmente em experiência na Instituição de Ensino Superior onde trabalho, foram construídas a partir das seguintes considerações:

- 1- A Educação Superior, atualmente precisa definir estratégias de atuação pré- acesso, acesso, permanência e conclusão com aprendizagem de qualidade a todos os alunos.
- 2- Há necessidade de organização dos diversos níveis de escolaridade em forma de redes de ações intercomplementares entre eles para o sucesso de todos.
- 3- Há uma inversão na oferta de educação de qualidade entre a educação básica e a educação superior, que pode ser comprovada com a grande quantidade de candidatos que conquistam suas vagas nas universidades federais que, por questões econômicas, tiveram acesso a uma educação básica cursada em instituições privadas ou particulares.
- 4- As políticas da educação precisam ser pensadas com dois ou mais objetivos para que as Ações também sejam realizadas em redes de parcerias entre os diversos segmentos da sociedade.
- 5- Há necessidade de ampliar estratégias de acesso e de continuidade aos estudos em nível superior de forma a contemplar o mérito e as diferenças sócio-econômicas e de igualar oportunidades ou seja, estratégias de promoção de equidade.

- 6- Os estudantes precisam ter acesso às diferentes oportunidades educativas em igualdade de condições no que diz respeito a acesso a bibliotecas, professores, laboratórios e tecnologias.
- 7- Há necessidade de estratégias de apoio ao estudante em sua trajetória formativa, sobretudo os procedentes dos segmentos sociais de menor renda.
- 8- Há necessidade de modelos curriculares alternativos aos tradicionais, que possibilitem a flexibilização curricular associada ao “núcleo duro” do currículo, de maneira que o aluno se sinta também responsável pela escolha de seu perfil de formação segundo seus interesses e necessidades.
- 9- A necessidade de haver opções de acesso baseadas em diferentes habilidades e, ainda, em diferentes opções de cursos, currículos e trajetórias institucionais que, em atenção a diversos grupos e setores sociais.
- 10- A necessidade de um currículo cuja formação desenvolva as competências e habilidades da realização de pesquisas como princípio educativo, ou seja, como base para o desenvolvimento profissional permanente no decorrer da atuação na profissão, isto é, como ferramenta no exercício da profissão.

1- Democratização do Acesso e Flexibilização de Modelos de Formação.

Considerando-se a meta do PNE sobre o número de alunos na educação superior, a partir da atual realidade da quantidade de oferta de vagas em instituições públicas, privadas e particulares e, simultaneamente, das atuais políticas de regulação, supervisão e avaliação da educação superior, a democratização do acesso à educação superior, com garantia de qualidade, pode ser realizada com o foco na Parceria Público-Privado, a partir das seguintes estratégias:

1- Para **ampliação de vagas**, além das políticas de financiamento aos estudantes (PROUNI e FIES), pode-se usar as seguintes estratégias, considerando que o custo/aluno nas Instituições Particulares é menor que nas Instituições Federais:

- 1.1. Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior já existentes com infraestrutura adequada à educação de qualidade e cujo conceito de avaliação nacional seja igual ou superior a 3 (três).

- 1.2. Abrir novas universidades federais nas regiões onde não há instituições particulares construídas com infra-estrutura adequada à educação de qualidade ou abertura de licitação para Instituições interessadas construírem e investir no perfil de ensino superior necessário à região, delineado pelo governo federal.
- 1.3. Ensino de modalidade à distância: processo seletivo para essa modalidade de ensino somente para pessoas que comprovarem experiência profissional superior a 10 anos na área **ou** para quem já tiver um primeiro curso de graduação.

2- Para **fomento às políticas e Programas de Inclusão de estudantes de baixa renda**, considerando que:

a) a política do PROUNI contempla o mérito cognitivo dos estudantes de baixa renda, mas, é insuficiente para atingir a meta da inclusão do PNE neste fim de década;

b) a ampliação da oferta de vagas é insuficiente para assegurar a democratização da ES, pois o processo de seleção inicia antes dos exames seletivos, dado pela desigualdade de renda (Doc. de referência, p. 14), que faz com que existam alunos em potencial para preencher as vagas nas Instituições privadas e particulares, o que não existe é quem pode pagar o custeio de seus estudos;

a proposta para inclusão do acesso ao ensino superior a esse perfil de estudante é:

2.1. a Parceria Público-Privado usando critérios cognitivos associados a critérios econômicos pode ser uma das alternativas onde todos os segmentos da sociedade podem colaborar para construir as bases da redistribuição de renda sem pressões intensas. Para isso propõe-se usar as taxas de escalonamento do imposto de renda como parâmetro complementar para ocupação das vagas do ensino superior federal, associado à seleção por mérito, através das notas do ENEM: quanto maior a taxa paga pela família do aluno no imposto de renda, maior deverá ser sua nota para conseguir a vaga nas instituições federais e quanto menor a taxa do imposto de renda menor a nota do ENEM para conquista da vaga, numa escala estabelecida. Dessa forma decreta-se o fim do vestibular, pois o ENEM será estendido a todos os alunos do ensino médio oriundos de escolas públicas, privadas e particulares.

2.2- Alunos dos cursos de licenciatura, cujo funcionamento é predominantemente noturno, podem realizar seus estágios nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, no horário noturno, quando os estudantes desse nível de ensino retornarão à escola para

participar das aulas ministradas sob a regência dos estagiários. Simultaneamente, alcança-se duplo objetivo: 1- a experiência das responsabilidades de regência da Organização do Trabalho Docente na Sala de Aula, incluindo os saberes e os fazeres previsíveis e imprevisíveis da profissão; 2- o nivelamento cognitivo dos alunos de baixa renda da escola básica como um dos pressupostos de garantia de acesso à educação superior público ou privado e, a permanência e a conclusão do ensino superior de qualidade. É uma experiência que se tem realizado e cujo resultado, ainda que inicial, tem sido positivo tanto na visão dos estudantes quanto na dos estagiários-docentes.

Para a flexibilização dos Modelos de Formação, propõe-se as seguintes sugestões:

1- As instituições precisam oferecer aos alunos a possibilidade de cursarem menos disciplinas por semestre levando mais tempo para concluir o curso, especialmente os alunos trabalhadores, que têm pouco tempo para dedicação aos estudos.

2- Flexibilização Curricular, que constitui parte integrante do projeto e está representado pelas Atividades Complementares de Graduação, com uma finalidade, atualmente, indispensável nos projetos político-pedagógicos de qualquer curso superior, devido à acelerada produção de conhecimentos em todos os setores da vida humana. É através delas que os alunos têm a oportunidade de fazer aprofundamento de estudos em qualquer área de conhecimento de seu interesse. Essa carga horária estimula o estudante a buscar as seguintes atividades, conforme mostra o quadro-resumo descrito detalhadamente em projeto próprio:

QUADRO RESUMO DAS ACGs

GRUPO	ATIVIDADES
ENSINO	Disciplina isolada em outro curso (eletiva) ou oferecida num elenco de disciplinas optativas.
	Cursos realizados em outras instituições.
	Monitoria em disciplinas do Curso em formação.
EXTENSÃO	Participação em Projetos de Extensão.
	Estágio Extra-Curricular, remunerado e/ou voluntário.
	Participação em eventos científicos: seminários, palestras, congressos, conferências, encontros, cursos de atualização e similares.
	Outras, a critério da Faculdade.
PESQUISA	Iniciação Científica/Pesquisa.
	Publicações de artigos de pesquisa (em congressos, periódicos científicos, jornadas, seminários, encontros e outros.).
	Outras, a critério da Faculdade.
O aluno deve cumprir, no total, 200 horas de Atividades Complementares, distribuídas em, pelo menos, dois grupos de atividades.	

2- Elevação da Qualidade e Avaliação ou Inclusão do Acesso com possibilidade de Permanência e Conclusão da graduação com sucesso escolar:

Considerando que a maioria dos alunos de baixa renda, que estudam nas escolas públicas de educação básica, não conseguem entrar nas universidades federais, pois a maioria de suas vagas são preenchidas pelos alunos que tiveram acesso às escolas particulares em sua educação básica, excetuando-se a política de cotas, que é um paliativo para direito de acesso, mas não atende os direitos de permanência e conclusão com sucesso escolar, torna-se necessária a realização de estratégias para nivelamento cognitivo e de habilidades mentais dos alunos, especialmente na primeira metade do curso, com as seguintes ações focadas na tríade da educação superior, a saber: ensino-pesquisa-extensão:

1- Desenvolvimento de **Projeto de Tutoria**, realizado entre pares, alunos dos períodos finais e alunos dos períodos iniciais do curso superior, também com duplo objetivo: 1- qualificar o Aluno-Tutor interessado em exercer a docência no ensino superior, futuros candidatos a cursos de Mestrado e Doutorado e 2- recuperar, a curto prazo, os alunos candidatos à evasão por tomar dependências sucessivas nas disciplinas dos primeiros períodos, através de Tutoria não em conteúdos nelas estudados, mas em habilidades ou operações mentais superiores que constituem a chave para o sucesso escolar, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais.

2- Estudantes do primeiro curso de ensino superior e do ensino médio: diminuir 1(uma) hora diária em sua jornada de trabalho, mas cumpri-la em estudos na empresa/instituição com acompanhamento da própria empresa, pois um dos maiores problemas do estudante trabalhador é a distribuição de tempo entre o trabalho, o descanso, o lazer e o estudo curricular, incluindo a dedicação aos estudos complementares às disciplinas fora da escola. Especialmente no ensino superior, o estudante de baixa renda descobre que foi alijado de seu direito de acesso à cultura intelectual enquanto criança e estudante e toma consciência que uma das condições para competir em igualdade de condições para seu sucesso profissional é a recuperação dos direitos alijados na infância e na adolescência, em função da má distribuição de renda.

3- Os alunos que recebem 100% de bolsa do PROUNI mais a bolsa permanência deve participar de Projetos de Pesquisa e de Extensão e gerar relatórios de resultados obtidos no projeto trabalhado em termos de contribuição para promoção do desenvolvimento regional. Além de o aluno ter ganhos cognitivos e em habilidades e competências de pesquisador, ele ganha em sua formação para o exercício da cidadania.

4- Considerando-se a emergência de uma “sociedade aprendente”, consolidada, sobretudo a partir da década de 90 com a aceleração da produção do desenvolvimento científico e tecnológico, as instituições de ensino superior precisam ampliar suas ações em relação a seu papel na promoção do desenvolvimento regional e, simultaneamente, seu papel na formação de um profissional cujas habilidades possibilitem que ele promova o seu próprio desenvolvimento profissional permanente através da investigação sobre sua própria prática profissional. Visando à realização desse duplo papel, a disciplina Metodologia da Pesquisa Científica, ao contrário de ser somente um apêndice na formação acadêmica dos alunos passa a ser um dos assuntos transversais a todas disciplinas, em igualdade de importância do Estágio, das Atividades Complementares de Graduação e das Práticas como Componentes Curriculares. Assim, ela é realizada em todos ou quase todos os períodos do curso de graduação através de vivências práticas em investigações científicas com os objetivos de:

- Desenvolver competências e habilidades de uso dos instrumentos de coleta de dados para leitura do mundo e leitura da palavra (estratégias de linguagem usadas para produção de textos científicos) e para a produção de pesquisa e textos científicos;
- Compreender o fazer do pesquisador em suas três fases, a partir de vivências em investigações científicas sobre problemas e potencialidades da região segundo o interesse do aluno: antes de colher os dados da investigação, a partir da aquisição da competência no processo de leitura e análise de artigo científico como um dos documentos de comunicação da pesquisa científica, bem como durante e depois da coleta de dados;
- Desenvolver competências e habilidades geradoras da autonomia necessária à construção do Desenvolvimento Profissional Permanente.

Assim, essa disciplina constitui o suporte para a ampliação da quantidade de Projetos de Pesquisas em Programas de Iniciação Científica inscritos nos órgãos de

fomento, uma vez que no segundo período dos cursos, os alunos já apresentam a habilidade de elaborar problematizações sobre objetos de pesquisa de sua realidade e de realizar produções científicas de maneira que, ao chegar ao final do curso, os alunos já apresentam autonomia intelectual para elaborar suas Monografias ou Trabalhos de Conclusão de Cursos.

Registra-se que essa sugestão enquadra-se no terceiro eixo temático, por constituir uma inovação metodológica fundamentada no compromisso com a qualidade da formação do aluno e, simultaneamente, com o desenvolvimento regional.

3. Compromisso Social e Inovação.

Nesse eixo temático apresenta-se as seguintes propostas para análise:

1- A organização da Matriz Curricular dos cursos de graduação com foco em elementos curriculares transversais a todas as demais, como segue o modelo anexo: 1- Prática como Componente Curricular (atualmente exigida somente nas licenciaturas, mas deveria ser exigência também nos bacharelados em função da necessidade de se conviver e problematizar as práticas profissionais desde os primeiros períodos dos cursos); 2- Estágios Curriculares Supervisionados e 3- Atividades Complementares de Graduação. A partir dessa proposta de Matriz Curricular, há professores que coordenam a inter e a transdisciplinaridade das atividades de aprendizagem das diversas disciplinas com integração dessas atividades tanto no eixo horizontal, entre as disciplinas do mesmo período, quanto no eixo vertical, entre disciplinas afins localizadas em períodos consecutivos, com a elaboração de um projeto próprio respeitando-se essas características, a partir da afinidade dos conteúdos componentes dos Planos de Ensino .

2- Estratégias de Acompanhamento do Desenvolvimento Profissional Permanente e Formação Continuada através do **Projeto de Aluno Egresso**, que acompanha, simultaneamente, seu sucesso profissional e as contribuições que ele, como profissional realiza para a promoção do desenvolvimento regional.

3- Criação de políticas de alfabetização de adultos nas áreas rurais, através de estagiários remunerados em períodos de férias, já que nessa área, o analfabetismo e os baixos níveis de letramento acima dos 15 anos é muito alto (Colaboração de uma colega de trabalho).

4- Em relação à formação de professores, há um erro histórico nos cursos de formação de professores: a crença de que o objeto de trabalho do professor é o conteúdo ou disciplina que o estudante universitário estuda em profundidade para ensinar e não o aluno, cuja responsabilidade do professor é contribuir com atividades discentes que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento desse aluno. Um breve olhar sobre a história da formação do profissional professor nesse País nos permite concluir que ela não passa de um apêndice à formação específica dos diversos bacharelados. Entre outras conseqüências, essa situação gera a ausência de reflexão, entre os cursos de licenciatura, a respeito de uma questão clássica e instigante nos demais cursos: Qual é o objeto de trabalho do profissional professor?

Geralmente, as profissões organizam seu *saber* e seu *saber-fazer* em função da resposta a essa questão. Se a licenciatura não a discute, logo, não se discute também a organização de seu *saber* e de seu *saber-fazer*. As instituições privadas e particulares de ensino superior têm condições favoráveis para a reflexão sobre essa questão, por dois motivos, especialmente. Um, que são elas as principais formadoras de professores para as escolas públicas desse País, já que oferecem licenciatura nas diversas áreas do conhecimento. Outro, que nelas estudam alunos das classes sociais mais baixas, cuja maioria estudou em escolas públicas e é aluno-trabalhador na própria educação. Isso permite a essas instituições conhecerem mais de perto os problemas cruciais vividos no cotidiano de nossas salas de aula e, conseqüentemente, levantarem a questão sobre o objeto de trabalho do professor.

Entretanto, essa pergunta só emergiu no decorrer da década de 90, quando os alunos das classes populares constituíram o grande desafio de aprendizagem, cultura e comportamento nas salas de aula. Desafio esse que tem se tornado cada dia mais complexo, segundo relatos dos próprios alunos-trabalhadores, muitos chegando mesmo a desistir de tornar-se professores após suas primeiras experiências no exercício da docência. Apesar de esses alunos terem entrado para a escola pública em torno da metade da década de 80, com a democratização do acesso, os alunos só passaram a ser identificados como o *objeto de trabalho* do professor, quando este, profundo conhecedor do conteúdo que ensinava, passou a constatar que, apesar de seu ensino, a correspondente aprendizagem esperada, de fato, não acontecia. Isso se deu já na década de 90, quando então evidencia-se o questionamento e o reconhecimento de que “*para ser professor, é necessário conhecer não*

apenas seu principal instrumento de trabalho, o conteúdo que ensina, mas, igualmente, o seu objeto de trabalho, o aluno, e o seu espaço de atuação profissional: a escola". (DIAS e SOUSA, 2005)

No decorrer da década de 90, participei de diversas discussões científicas nos principais órgãos de formação docente do País (ANPEd, ENDIPE, ANFOPE e outros) e, igualmente, partilhei tais discussões com a maioria dos colegas que atuam com as disciplinas pedagógicas da UNEC, o que nos fez construir uma ***matriz curricular comum que evidencia a identidade do profissional professor***, isto é, a identidade da formação a ser oferecida nos cursos de Licenciatura. É essa matriz que ora passa a ser descrita para apreciação de todos os envolvidos em formação de professores, uma vez que ela não está pronta e acabada, precisa ser questionada e modificada, mas a partir de reflexões científicas coletivas. Vale acrescentar que está elaborada segundo as exigências de carga horária de matérias didático-pedagógicas fixada em 1/5 do total do curso.

Descrição da matriz curricular proposta para a formação de professores

As disciplinas integrantes da ***formação docente*** nos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura são identificadas com a nomenclatura ***Ciências da Educação e Docência Científica no Ensino Fundamental e Médio***, parte componente de uma estrutura curricular organizada em quatro áreas que visam a possibilitar ao aluno a competência teórico/prática, além de habilidades necessárias para o exercício do magistério no ensino fundamental e médio:

- 1- Ciências da Educação e Docência Científica no Ensino Fundamental e Médio;
- 2- Conhecimentos técnico-científico específicos;
- 3- Investigação e Extensão em Educação;
- 4- Flexibilização Curricular.

O campo das Ciências da Educação e Docência Científica para o Ensino Fundamental e Médio discute as teorias historicamente construídas nas diversas áreas do conhecimento em educação, logo, desempenha a função de apoio cognitivo micro e macrossocial às áreas sociológica, antropológica, histórica, filosófica, didático-pedagógica e política dos demais campos desta estrutura curricular. Nesse campo, optamos por oferecer

disciplinas desde o primeiro período, fundamentando em experiências anteriores a considerar. Geralmente, os alunos das antigas estruturas curriculares dos cursos de Licenciatura afirmavam que passavam a zelar mais pela sua formação como docentes a partir do ano em que o currículo contemplava disciplinas didático-pedagógicas.

As disciplinas componentes desse campo foram subdivididas em três áreas que, juntas, a identidade do campo de formação da docência: estudo do objeto de trabalho do professor – **o aluno** -; estudo do espaço de atuação profissional do professor – **a escola** – e do espaço da práxis social e educativa de professores e alunos – **a sociedade** – e estudo da identidade profissional do professor.

A primeira área está composta de quatro disciplinas: **Crescimento e Desenvolvimento Biológico e Educação**, pertencente ao campo das Ciências da Educação, oferece suporte para a disciplina **Psicologia** - onde serão estudados os conceitos de desenvolvimento e aprendizagem – e para as diversas disciplinas pertencentes ao campo da Docência Científica em Ensino Fundamental e Médio.

Desenvolvimento Psicomotor e Educação visa ao estudo dos fatores específicos que influenciam o desenvolvimento psicomotor – tonicidade, equilíbrio, lateralidade, noção corporal, estruturação espaço-temporal e praxias fina e global - e que, conseqüentemente, são determinantes na aprendizagem dos conteúdos básicos do currículo. Isso contribuirá para os professores compreenderem que, muitas vezes, o aluno não aprende por ter comprometimento em um ou mais desses fatores e não porque tem dificuldade ou desinteresse em seu conteúdo ou ainda, porque tem preguiça de estudar.

Complementa esse estudo, as disciplinas **Síndromes e Problemas de Aprendizagem e Dificuldades de Aprendizagem**, relacionadas às questões de inclusão, tema muito discutido na atual sociedade. Elas capacitarão o professor a acompanhar e avaliar a aprendizagem de alunos com ritmos diferentes de aprendizagem e discutirão a questão da educação inclusiva de alunos portadores das necessidades especiais. Dessa forma, conhecerão os fatores que provocam a não aprendizagem e/ou a dificuldade de aprendizagem dos alunos.

Além disso, é inconcebível que um professor de educação básica possa exercer sua profissão com competência, sem o conhecimento a respeito do crescimento e do desenvolvimento do ser humano, considerado enquanto indivíduo. Tais disciplinas possibilitam esse conhecimento no currículo ora proposto que, articulado com os

conhecimentos - psicossociológicos, históricos, filosóficos, antropológicos, pedagógicos e políticos - sobre o ser humano, analisado sob a óptica do cidadão, pode garantir a globalidade de conhecimentos necessários para que os professores do Ensino Fundamental e Médio exerçam sua profissão, fundamentados na docência científica e, portanto, vivendo menos angústia em relação ao desconhecimento das reações de seus alunos reais que estão na sala de aula colocando desafios à sua profissão todos os dias. Acreditamos que, dessa forma, possibilitaremos nossos alunos a superarem a docência fundamentada exclusivamente no praticismo e na pedagogia de senso comum.

A área de estudo do espaço de atuação profissional do professor – a *escola* – e do espaço da práxis social e educativa de professores e alunos – a *sociedade* – foi pensada numa seqüência de disciplinas que expressam a nossa crença de que ninguém reflete sobre aquilo que não conhece, logo, colocamos, primeiro, disciplinas que possibilitam conhecimentos mais objetivos do espaço de atuação profissional – a escola. Sob a responsabilidade da disciplina **Políticas Educacionais**, ela tem o propósito de oferecer, num primeiro momento, o conhecimento científico e objetivo da organização administrativo-burocrática e do cotidiano escolar para, num segundo momento, analisar criticamente as políticas e as formas organizacionais adotadas.

As disciplinas **Antropologia e Educação e Educação e Sociedade** desempenham um papel singular no processo de leitura da complexidade da sociedade atual, refletindo a interface sociedade-educação e o papel de ambas no processo de transformação para a incerteza e o imprevisível.

Nessa área optamos por realizar a fusão das áreas de **Filosofia e História da Educação**, fundamentando-nos em, pelo menos, duas conclusões elaboradas a partir da reflexão de nossa prática no curso de Pedagogia: uma, que os professores, ao trabalharem cada uma dessas áreas, separadamente, acabam por recorrer aos conteúdos da outra, provocando a redundância de estudo dos mesmos. A outra, que entendemos ocorrer fragmentação de duas áreas inseparáveis, uma vez que não se faz pensamento filosófico sem uma contextualização histórica, nem se faz história sem refletir sobre o pensamento filosófico que fundamenta tal fazer. Ainda nesse campo, enfatizamos estudos específicos sobre o *objeto de trabalho* do docente habilitado nesse curso, **o adolescente**, portanto, consideramos indispensável que ele ocupe o centro das reflexões nas disciplinas que compõem este campo de estudo. Por se tratar de disciplina bastante reflexiva e, muitas

vezes compreendidas como abstratas e inúteis no início do curso, acreditamos que, oferecida na segunda metade do curso, possibilitaremos nossos alunos a superarem a docência fundamentada exclusivamente no praticismo e na pedagogia de senso comum.

Para coroar a formação do profissional professor, a disciplina *Gestão Escolar* é oferecida não para qualificar ou habilitar o professor para ser diretor de escola, mas para a compreensão histórica das atuais formas de gerenciamento das escolas públicas e privadas. E, a partir dessa compreensão, situar o lugar que o professor precisa ocupar na escola enquanto seu local de trabalho, considerando-se a forma participativa de gestão escolar. Logo, contribui para ampliar a responsabilidade do professor para além dos trabalhos de sala de aula, colaborando na articulação entre a escola e a comunidade para o desenvolvimento de ambas.

Em interface com essa disciplina encontra-se a *Ética e Estética*, cuja ementa vai estudar de forma reflexiva, a partir das legislações que regulamentam a profissão docente, e de textos que discutem ética profissional e estética em educação, as implicações de comportamentos que vêm se tornando comuns e naturais no exercício da profissão para a formação das novas gerações. Portanto, visa aproveitar o amadurecimento profissional do aluno para vivenciar reflexões a respeito da identidade profissional do professor e suas responsabilidades no exercício docente, como colaborador no processo de formação do perfil de cidadão necessário ao atual momento histórico.

Uma outra alteração resultante de quase 15 anos de estudos reflexivos e análise de diversos planos de ensino de cursos superiores desse País diz respeito à disciplina Didática. Esses estudos foram motivados, principalmente, pela reação de aversão dos alunos dos cursos de licenciatura a ela. Ao buscar compreender essa reação, percebi a necessidade de uma mudança radical em sua essência e não apenas de roupagem, isto é, não se trata apenas de uma mudança de nomenclatura, mas de abordagem de seus conteúdos em sala de aula.

A disciplina tradicionalmente denominada de Didática insere como unidade de estudo as teorias da educação historicamente produzidas e que convivem nas práticas docentes. Então, torna-se mais pertinente criar a disciplina **Teorias de Educação**, uma vez que nela vai-se estudar não apenas aspectos relacionados a métodos, técnicas, procedimentos e estratégias, mas toda a complexidade das teorias de compreensão da sala de aula e sua interface com os aspectos macrossociais.

Além disso, o termo Didática traz o ranço de ser relacionado apenas a métodos, técnicas de ensino, estratégias e procedimentos, logo, apenas à parte considerada previsível do trabalho docente. Sabemos que a sala de aula constitui muito mais *o imprevisível e o desconhecido* do que o planejado e o previsto. Dessa forma, a nomenclatura **Organização do Processo de Trabalho na Sala de Aula** exige estudos dos elementos didáticos componentes da previsibilidade do trabalho docente, sempre considerando-se seus riscos e possibilidades em função das reações desconhecidas e imprevisíveis dos alunos, sujeitos reais do processo de aprendizagem. Logo, as unidades de conteúdo dessa disciplina são estudadas através da aplicação dos princípios didáticos gerais aos conhecimentos específicos das áreas de conhecimento que compõe cada licenciatura.

Trata-se do princípio dialético da *unidade na diversidade* que fundamenta, entre outros, o princípio didático do estudo do conteúdo e da forma, simultaneamente. Esse princípio exige, portanto, que, no campo da Docência Científica do Ensino Fundamental, sejam esclarecido um outro aspecto a respeito de sua organização no decorrer do curso: o aprofundamento da competência técnica do *saber-fazer* relacionado ao ensino dos conteúdos específicos de cada área do conhecimento. Como a carga horária de um quinto do total do curso torna-se insuficiente para os estudos mais práticos específicos do conteúdo a ensinar, esse saber-fazer técnico vai ser estudado de duas formas:

- 1- através dos próprios professores das disciplinas de conhecimentos específicos, que devem descrever, nos planos de ensino, a metodologia que contemple o conteúdo ensinado e a forma como esse conteúdo poderá ser ensinado para os alunos de ensino fundamental e médio.
- 2- através de disciplinas optativas e cursos de extensão oferecidos como cumprimento da carga horária de Atividades Complementares de Graduação.

Sabe-se que, se colocarmos disciplinas de reflexão teórica como optativas, os alunos dificilmente a escolherão, mas se forem disciplinas que contemplam a interface conteúdo-forma, os alunos a escolherão por se tratar de questões práticas da docência.

Além das disciplinas obrigatórias, estamos sugerindo, portanto, que sejam incluídas como disciplinas optativas: **Saúde vocal do professor**, para pensar sobre seu principal instrumento de trabalho e Disciplinas que tratem da instrumentação metodológica do professor para o ensino de conteúdos de sua área.

Acrescenta-se que o envio dessas contribuições sem revisões linguísticas e conceituais se deve ao desejo de mostrar como nas instituições de ensino superior do interior se busca alternativas para os inúmeros problemas relativos a todos os níveis da educação.

E ainda, a quebra de protocolo exigido pela chamada pública, pelo fato de só ter tido acesso a essas informações ontem, por volta de 18:30, uma vez que estava envolvida com a coordenação do processo de migração da instituição que trabalho do CEE/MG para o MEC. Por isso, não houve tempo de o dirigente principal da Instituição e a equipe de coordenadores de cursos e professores analisarem a proposta, fazer as modificações e assinar seu envio.

Como hoje pela manhã enviei um e-mail e não obtive resposta, optei por enviar essa proposta como cidadã profissional da educação, até que eu possa oficializá-la como uma proposta institucional, de uma instituição que, desde início da década de 90 vem investindo na qualificação de seus professores para fazer aprendizagem de qualidade nesse País, um de seus compromissos de responsabilidade social.

Celeste Aparecida Dias
Professora Universitária e cidadã brasileira.
Caratinga, 10 de março de 2009.